

dúvida de que as instituições culturais não podem se enquadrar estritamente dentro das normas burocráticas do serviço público federal. Uma biblioteca é uma instituição *sui-generis*, com necessidades específicas, funcionando com um pessoal técnico muito especializado, que dependem, muitas vezes, de preparo e de qualidade pessoais difíceis de se enquadrar pura e simplesmente dentro da classificação geral dos funcionários públicos. Tenho sempre dito e nunca me canso de repetir: as bibliotecas públicas, especialmente as nacionais, não podem funcionar sob o regime de repartição pública, entrosada ferreamente no organismo burocrático do Estado.”²

Na década atual (1980-1990), a luta não arrefeceu, apesar de a vitória parecer tão utópica quanto nos tempos do reinado e do império. Em 7 de junho de 1971, Jannice Monte-Mór enviou ofício ao governo propondo e apresentando minuta de lei, solicitando “a transformação da Biblioteca Nacional em órgão autônomo, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura”³. E que ela também sentiu na pele o peso do autoritarismo do Governo central, como podemos perceber à simples citação de alguns outros ofícios, em que necessitava do beneplácito desses senhores para cumprir meras rotinas administrativas: solicita redistribuição de funcionários para a BN (9-6-71); pede autorização ao ministro da Educação para contratar estagiários para treinamento na BN (29-6-71); solicita alteração do plano de aplicação de convênio a fim de atender a projetos prioritários como reparo nas instalações, recuperação do laboratório de microfilmes, encadernação de 500 volumes de manuscritos e compra de material (7-7-71); solicita permissão para contratar guardas para vigilância e proteção da BN, providências para inscrever a BN no Serviço Nacional de Telecomunicações e instalação de telex, providências para que possa nomear especialista para chefiar pesquisa em bibliopatologia – isso tudo no seu primeiro ano de gestão. Não podia um diretor-geral resolver sozinho esses problemas? A diretora-geral não cansou na sua luta em prol da autonomia administrativa e financeira da instituição, condições essenciais para melhor cumprir a sua missão e tornar mais ágil e eficiente o seu trabalho.

Pelo *status* adquirido pela BN dentro e fora do país, tornava-se cada vez mais difícil deixá-la à mercê de um rançoso